

ENFRENTAR A CRISE AMBIENTAL COM MAIS BEM-ESTAR: OS ARGUMENTOS DO COMUNITARISMO E DO DECRESCIMENTO SE SUSTENTAM FACE ÀS PESQUISAS SOBRE O BEM-ESTAR?

João Pedro Schmidt¹

Jacson Roberto Cervi²

Resumo: A busca do bem-estar humano move desde sempre os processos de desenvolvimento. Desde a revolução industrial, as condições materiais para atender necessidades básicas e propiciar confortos aos humanos foram incrementadas notavelmente. O custo ambiental do desenvolvimento, porém, foi extraordinário, e seu ápice foi atingido na sociedade capitalista de consumo. A depredação ambiental e o aquecimento global evidenciam que a crise climática não é o futuro: é o presente. Apesar disso, as respostas práticas têm sido incipientes, por falta de freios de caráter sistêmico. O problema de fundo da crise climática reside nas formas vigentes de suprir as demandas do bem-estar humano e sua solução depende da adoção de modelos compatíveis com a sustentabilidade ambiental. Este texto apresenta argumentos comunitaristas e do decrescimento que atestam a complementaridade entre bem-estar humano e preservação da natureza. Metodologicamente, o texto inicia com a exposição sintética de elementos cruciais da crise climática em curso; em seguida, expõe argumentos das teorias comunitarista e do decrescimento e; e,

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado pela The George Washington University, Washington DC. Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

² Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul, com estágio doutoral na Universidade de Sevilha – Espanha.

por derradeiro, esses argumentos são confrontados com os achados de pesquisas sobre a relação entre condição econômica e bem-estar. A linha conclusiva é que os argumentos comunitaristas e decrescentistas que asseguram haver compatibilidade entre preservação ambiental e bem-estar humano se sustentam em face dos achados de pesquisas sobre condição econômica e bem-estar. A técnica de pesquisa é bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: crise climática; bem-estar; comunitarismo; decrescimento; sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO



s evidências de que a crise ambiental não é o futuro, mas o presente, muda (deveria mudar) toda a perspectiva sobre o nosso estilo de vida e a forma como concebemos a nossa presença no planeta. A nova normalidade instaurada no planeta não pode ser pensada senão sob a perspectiva da emergência climática. Os diagnósticos do Painel Intergovernamental do Clima - IPCC, da ONU, atestam que o quadro não é apenas dramático, mas os sintomas de desequilíbrio estão em aceleração, a despeito dos compromissos assumidos pelas principais nações em conferências internacionais do clima, desde fins do século passado. Wallace-Wells (2019, p. 11), começa o seu livro *A Terra Inabitável* com a declaração: “É pior, muito pior do que você imagina!”.

Se a situação é de tamanha gravidade, como entender a falta de medidas práticas condizentes com a enormidade da ameaça à sobrevivência da espécie humana? Há, ao menos, três elementos a considerar. O primeiro: o negacionismo, a negação da gravidade da crise climática ou da responsabilidade humana na crise, assumido por alguns poucos os estudiosos, mas por segmentos influentes (embora minoritários) das forças políticas, especialmente a extrema direita fundamentalista, que gera

confusão na população. As posições negacionistas estão vinculadas a interesses egoístas de certas corporações, que vêm financiando pesquisadores dispostos a colocar em dúvida as evidências sustentadas pela absoluta maioria dos acadêmicos das diversas partes do mundo. (WALLACE-WELLS, 2019; LENA, 2012) Outro elemento é o das disputas econômicas e geopolíticas que influenciam a tomada de decisões em nível mundial, que opõem, por exemplo, os interesses imediatos dos países do Norte e os do Sul, bem como de potências rivais (como EUA, China, Rússia e União Europeia). O terceiro e mais complexo é a responsabilidade difusa dos cidadãos, parte significativa dos quais têm ciência de que a degradação ambiental está associada ao consumismo, mas não se afasta desse modo de vida insustentável.

O consumo exacerbado – retroalimentado por eficazes meios inseridos na engrenagem econômica, especialmente a obsolescência programada, a publicidade e a moda – está “normalizado” econômica e culturalmente. É senso comum que para haver crescimento e geração de empregos é necessário manter o nível de consumo – uma armadilha da qual mesmo as forças de esquerda não conseguem se desvencilhar. Culturalmente, sua legitimação está associada aos confortos e comodidades (habitação, vestuário, transportes, comunicações) e bem-estar (saúde, higiene, alimentação, lazer). A percepção de que as comodidades e o bem-estar produzem degradação ambiental leva a uma espécie de culpa coletiva difusa, mas insuficiente para gerar uma reação coletiva. Implicitamente, a resposta da sociedade é que entre o bem-estar e a preservação ambiental, a prioridade é o bem-estar. Por isso, embora a degradação ambiental e a crise climática sejam eminentemente problemas políticos, não são problemas que possam ser resolvidos tão somente nessa esfera; enraizados no modo de vida “normal”, a solução passa pela difusão de um outro estilo de vida.

Os relatórios do IPCC vêm trazendo projeções cada vez

mais alarmantes sobre a gravidade da situação climática e desde o relatório de 2018 cresceu entre os climatologistas o entendimento de que a variável medo pode ser mais eficaz do que a esperança para deflagrar ações práticas em larga escala. As conferências e eventos internacionais não vêm se mostrando capazes de impulsionar ações suficientes, bastando lembrar que “mais da metade do carbono dissipado na atmosfera devido à queima de combustíveis fósseis foi emitido apenas nas últimas três décadas” (WALLACE-WELLS, 2019, p. 13). A variável tempo é um elemento crucial. Há pouco tempo para a adoção de ações em nível planetário. A falta de respostas amplas e efetivas até 2050 (ou seja, cerca de três décadas) tornará inevitável o aumento da temperatura planetária em 2°C, acima de 1,5°C estabelecido pelo Acordo de Paris, o que acarretará “dezenas de milhões de pessoas a mais expostas a ondas de calor, escassez de água e inundações mortíferas” (WALLACE-WELLS, 2019, p. 192). A crise climática tende a inviabilizar as próprias democracias. Os riscos do ecofascismo são reais, o que é ilustrado pela mudança da retórica das forças de extrema-direita em diversos países: em lugar do *negacionismo*, em vários países a extrema-direita começa a afirmar a necessidade de um autoritarismo violento para proteger o ambiente, afirma Naomi Klein (2020). A urgência nos obriga a repensar as estratégias e as suas premissas implícitas.

O realismo indispensável diante da gravidade dos fatos não pode se transformar em pessimismo incapacitante. O desafio é o de começar imediatamente a redesenhar a economia e a vida social, criar um novo imaginário, ajustar a economia e a vida humana ao ambiente natural, tarefa que já conta com sínteses notáveis, como a concepção da *economia donut* de Kate Raworth (2019). As ciências estão desafiadas a ajudar a centrar o esforço nos aspectos realmente importantes para gerar cooperação dos agentes estatais, comunitários e privados. Este texto busca mostrar que uma das questões fulcrais (ainda não devidamente elucidadas) está no enlace entre bem-estar humano e

sustentabilidade ambiental. São apresentados os argumentos de duas correntes teóricas importantes no cenário internacional: as teorias comunitaristas e as teorias do decrescimento³. As perguntas que norteiam o trabalho são: a) Quais são os argumentos das teorias comunitaristas e do decrescimento acerca da compatibilidade entre bem-estar humano e sustentabilidade ambiental? b) Esses argumentos resistem às constatações das pesquisas que aferem empiricamente a relação entre condição econômica e bem-estar humano?

O texto inicia com a exposição de elementos cruciais da crise climática em curso; em seguida, são apresentados argumentos decrescentistas e comunitaristas; e no terceiro momento, confronta-se esses argumentos com os achados das pesquisas empíricas sobre a relação entre condição econômica e bem-estar, a fim de aferir sua factibilidade. A técnica de pesquisa é bibliográfica e documental.

2. CRISE CLIMÁTICA: COMO A BUSCA DO BEM-ESTAR CONDUZIU À INSUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A busca bem-estar e felicidade move a humanidade ao longo dos tempos. E engenhosidade humana logrou êxitos notáveis em termos de expectativa de vida, redução da mortalidade infantil, produção de alimentos para bilhões de pessoas, redução da fome, edificação de centros urbanos, transportes, viagens planetárias. No entanto, o aumento do bem-estar decorrente do desenvolvimento econômico, que alcançou uma aceleração sem precedentes a partir da revolução industrial, teve como contrapartida a exploração desenfreada dos recursos naturais, com a consequente degradação do ambiente.

O atual modelo de desenvolvimento choca-se com a capacidade limitada do espaço planetário e dos recursos

³ Decrescimento – em francês: *décroissance*; em inglês: *degrowth*; em italiano: *de-crescita*; em espanhol: *decrecimiento*.

disponíveis. A *pegada ecológica* revela os efeitos devastadores da presença predatória da espécie humana, que é maior nos países do capitalismo central, mas presente também em outros países.

FIGURA 1 – De quantos planetas precisaríamos se todos vivessem como...



Fonte: Global Footprint Network Cuentas Nacionales de Huellas 2018.

A busca incessante de bem-estar, atrelada a concepções individualistas, hedonistas e materialistas, produziu um quadro alarmante. Amplos setores sociais estão convencidos de que é preciso “pisar no freio”, que o bem-estar deve estar associado a um projeto coletivo que contemple a estabilidade ecológica. “Para alcançar a felicidade real, os humanos têm de desacelerar, e não acelerar, em sua busca por sensações prazerosas”, diz Yuval Harari (2016, p. 50). A observação histórica mostra que

as gerações anteriores escolheram o fracasso ou o sucesso. As vivências passadas podem nos ajudar a evitar o colapso, a depender das ações presentes. Jared Diamond (2005, p. 27) elenca cinco fatores que podem levar ou evitar colapso ambiental de uma sociedade: danos ambientais, mudanças climáticas, vizinhança hostil, parceiros comerciais amistosos e a resposta da sociedade a seus problemas ambientais.

As mudanças climáticas são um elemento da crise ambiental. Sem descartar que em tais mudanças haja causas naturais, há um amplo consenso na comunidade científica de que o estilo de vida humano é o fator maior peso, e que se algo pode ser feito, a espécie humana é a única em condições de fazê-lo. Desde a Cúpula da Terra em 1992, no Rio de Janeiro, quando se definiu uma Convenção-Quadro da Nações Unidas para tratar o problema, reafirmada e atualizada no Protocolo de Quioto (1997) e ratificada no Acordo de Paris (2015), multiplicaram-se esforços internacionais visando reduzir a interferência prejudicial e permanente no clima. Todavia, três décadas depois, o quadro se agravou ainda mais e o tempo para ações eficazes está se esgotando.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, elaborada a partir da Rio-92, reconheceu o aquecimento global como preocupação de toda a humanidade e estabeleceu responsabilidades comuns, mas diferenciadas, de todos os Estados, optando pelo paradigma da *glocalidade*, ou seja, ações locais em sintonia com um compromisso global pela preservação do ambiente e da própria existência da espécie humana (ONU, 2012, p. 7-8). Afirmando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, as sucessivas negociações dos países levaram ao estabelecimento de metas quanto ao aumento da temperatura global comparada àquela do alvorecer da revolução industrial. A meta de aumento máximo de 2°C da temperatura média global até o ano de 2.100 e preferencialmente de até 1,5°C acima dos níveis pré-industriais foi

definida no Acordo de Paris (ONU, 2015, p. 25-26).

Os acordos não frearam o aquecimento global. Em 2018, a temperatura global chegou a 1,1°C acima do início da era industrial. A última Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 25), realizada em Madri, em 2019, embora tenha chegado a um acordo final, trouxe poucos avanços. Não obstante reconhecer a necessidade de maior empenho no trato das questões climáticas, com destaque ao papel da ciência e do transversalidade, multilateralismo e cooperação internacional no trato da agenda climática, a evolução foi tímida, com destaque à resistência do Brasil em reconhecer os impactos da crise climática nos oceanos e no uso da terra, o que rendeu duras críticas (ONU, 2019, p. 1).

Dos os efeitos das mudanças climáticas os mais difundidos pela mídia e cinema talvez sejam os do aumento do nível dos mares e o degelo das calotas polares. O mais recente relatório do IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) amplia esse entendimento ao dedicar especial atenção aos impactos das mudanças climáticas quanto à desertificação e segurança alimentar. O estudo faz um alerta: “a demora do mundo em atacar decididamente a crise do clima pode fazer com que as soluções baseadas no uso da terra fiquem menos eficientes, já que o aquecimento da Terra induz à degradação dos ecossistemas e à perda de produtividade agropecuária.” (IPCC, 2019, p. 6) O estudo aponta que as mudanças climáticas criam uma sobrecarga adicional sobre a terra, pondo em risco meios de subsistência, a biodiversidade, saúde humana e do ecossistema, infraestrutura e sistemas alimentares. Os impactos crescentes na terra são projetados em todos os futuros cenários de emissão de gases de efeito estufa, com efeito em cascata em vários sistemas e setores, impactando regiões do planeta em graus diferenciados, os quais dependem tanto do nível de aquecimento quanto da evolução dos padrões de população, consumo, produção, desenvolvimento

tecnológico e gestão da terra. A maior demanda por alimentos, alimentos e água, o consumo e produção mais intensivos em recursos e opções tecnológicas mais limitadas na produção agrícola “resultam em maiores riscos de escassez de água em áreas secas, degradação da terra e insegurança alimentar (IPCC, 2019, p. 17-18). A desertificação, aumento do nível dos mares, secas e eventos climáticos sazonais tem motivado o aumento do fluxo migratório. Até final de 2019, havia 50,8 milhões de pessoas deslocadas internamente em todo o mundo, das quais 45,7 milhões como resultado de conflitos e violência e 5,1 milhões como resultado de desastres, grande parte na Índia, Filipinas, Bangladesh, China e Estados Unidos (IDMC, 2020, p. 1-4).

O uso da terra e as mudanças climáticas estão entre as maiores ameaças à biodiversidade. Estudo da Royal Society prevê que os efeitos combinados de ambas levem a uma perda cumulativa média de 37,9% das espécies das comunidades de vertebrados até 2070. Esses efeitos variam espacialmente, com maior concentração em pradarias e savanas tropicais. Ou seja, florestas tropicais, com menor taxa de conversão para uso humano da terra do que outras áreas, experimentarão grandes perdas de espécies como resultado de futuras mudanças climáticas, enquanto as regiões temperadas, que tiveram algumas das maiores perdas históricas de biodiversidade devido ao uso da terra experimentarão mudanças menores. (TIM, 2018, p. 5-6) As conclusões do estudo são relevantes, em especial para o Brasil, pois ratificam pesquisas anteriores a respeito da importância da Floresta Amazônica para o clima do Planeta, bem como dos riscos das alterações climáticas para esse importante alicerce do equilíbrio.

Paradoxalmente, no Brasil assiste-se ao avanço do desmatamento e da ocupação ilegal da floresta, fruto da ausência de uma cultura de preservação ambiental e do notório descompromisso governamental verificado nos últimos anos, o que vem levando à multiplicação de críticas em órgãos nacionais e

internacionais. Em função da pandemia da COVID-19, estima-se que as emissões de gases de efeito estufa possam sofrer uma redução de 6% neste ano, a maior redução anual já registrada desde os anos de 1990. O Brasil, 6º maior emissor, pode não seguir essa tendência, uma vez que a redução das emissões em setores como transporte, indústria, energia e resíduos pode ser compensada pelo aumento das emissões provenientes do desmatamento, queimadas e agropecuária. A tendência de emissão de gases de efeito estufa no Brasil em 2020 é de aumento em relação a 2019, uma vez que as emissões decorrem principalmente do uso da terra, somado ao aumento do desmatamento na Amazônia (SEEG, 2020, p. 22).

As grandes ameaças da crise climática, assim, não dizem respeito apenas à vida do planeta, mas também à economia e à vida social. A implementação de políticas públicas para limitar o aquecimento global em 1,5°C, conforme o IPCC (2018, p 28) demandará investimentos de aproximadamente 2,5% do PIB mundial. Por outro lado, os custos da inação serão ainda maiores, inclusive para instituições financeiras e investidores. O mais recente Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, classificou as mudanças climáticas como o principal risco para a economia. Segundo o Relatório Global de Riscos, o estresse econômico mundial e os danos causados por desastres naturais em 2018 totalizaram US\$ 165 bilhões, e 50% desse total não tinha seguro. Somente nos Estados Unidos, os danos econômicos relacionados ao clima podem atingir 10% do produto interno bruto (PIB) até o final do século. Mais de 200 das maiores empresas do mundo estimaram que a inação diante da crise climática lhes custaria um total combinado de quase US\$ 1 trilhão. E que, o mesmo tempo, existem oportunidades econômicas significativas, desde que as estratégias corretas sejam implementadas. O documento ainda alerta de que estamos em uma encruzilhada, com relação a mitigação das mudanças climáticas, ao ponto de denominar a presente década de “década da resiliência”, ou seja,

ou se toma atitudes agora ou pode ser tarde demais (WEF, 2020, p. 36).

O debate ambiental, estagnado no emaranhado da falsa dicotomia preservação-desenvolvimento, parece estar contribuindo pouco para se alcançar um mínimo de consenso, necessário ao avanço e implementação de mudanças sustentáveis. Para Ulrich Beck, se está testemunhando uma fratura na modernidade que separa a sociedade industrial clássica da sociedade industrial do risco, na qual a lógica da produção de riqueza, até então prevalente, cede espaço para a lógica da produção de riscos, os quais não mais afetam apenas um determinado setor ou grupo, mas a todos indistintamente, onde a ganância pelo poder e pelo progresso técnico-econômico se vê ofuscada pela produção de riscos. Essa distinção entre modernização simples e modernização reflexiva representa uma mudança das bases da vida, onde a natureza, antes vista como um fenômeno exterior do sistema social, em contraposição à sociedade e por ela dominada, agora encontra-se no interior do sistema, convertendo-se em pressuposto insuperável do sistema industrial mundial, o qual está à mercê da natureza. (BECK, 2018, p. 36-37)

A definição do caminho a seguir, além de mudanças profundas nas dimensões social, ambiental e econômica, depende de um quarto fator fundamental: a cultura. Tome-se, como exemplo, a energia verde, uma verdadeira revolução na matriz energética mundial. A substituição gradativa das formas tradicionais de produção de energia por fontes mais limpas ou menos impactantes, como a solar, eólica e maremotriz, já é uma realidade para muitas comunidades. Porém, esses avanços não têm repercutido no achatamento da curva das emissões de carbono, representando uma força adicional ao sistema energético. Ou seja, ao invés de substituir a energia fóssil, as novas tecnologias, absorvidas pela cultura de produção e consumo em massa, estão sendo utilizadas como insumo ao crescimento do mercado energético.

Esse exemplo demonstra que as mudanças socio-ambientais indispensáveis são inviáveis sem uma nova cultura. Uma cultura própria de um novo estilo de vida (de solidariedade social, sensibilidade ambiental e valorização da vida comunitária) e a uma economia (voltada à produção de bens e serviços que atendam necessidades reais das pessoas e compatíveis com a preservação da natureza). Uma cultura que olhe para as questões sociais, ambientais e econômica de forma sistêmica e orgânica. O impulso para essa nova cultura pode se beneficiar do que Ulrich Beck denomina de “catastrofismo emancipatório”:

Do ponto de vista da metamorfose, dado que as alterações climáticas são uma ameaça para a humanidade, podemos e devemos inverter a questão e perguntar: o que é bom nas alterações climáticas (se sobrevivermos)? O ímpeto surpreendente da metamorfose é que, se acreditarmos firmemente que as alterações climáticas são uma ameaça fundamental para toda a humanidade e natureza, podem provocar uma viragem cosmopolita na nossa vida contemporânea, e o mundo pode mudar para melhor. É a isto que chamo catastrofismo emancipatório. (BECK, 2018, p. 53)

O catastrofismo emancipatório a que se refere Beck dialoga com o tema central deste artigo. Não restando dúvida de que historicamente o processo de desenvolvimento teve no seu núcleo o esforço humano em prol de seu bem-estar, trata-se de averiguar rotas alternativas que possibilitem compatibilizar o bem-estar e a preservação do ambiente. Para todos os que estão presos ao paradigma econômico da sociedade de consumo, trata-se de uma empreitada impossível. Não é, todavia, impossível para quem pensa “fora da caixa”, como os teóricos do decrescimento e os comunitaristas.

3. TEORIAS DO DECRESCIMENTO: DECRESCER É PRECISO E CONDIZ COM O BEM VIVER

As teorias do decrescimento disputam com as do

desenvolvimento sustentável o tema da sustentabilidade.⁴ Segundo os intelectuais decrescentistas, a causa fundamental da crise ambiental e climática não está em algum elemento singular do capitalismo, mas em algo mais profundo, que remonta à revolução industrial: a economia se descolou da natureza e estabeleceu o crescimento ilimitado (medido pelo PIB) como o seu grande objetivo. As teorias econômicas modernas, incluindo o marxismo, adotaram o crescimento como um objetivo central do desenvolvimento a ser perseguido pela política econômica. Essa premissa não deveria mais ser aceita.

A fundamentação econômica do decrescimento deve muito ao economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Em diversas publicações a partir da década de 1960 apresenta uma perspectiva que se contrapõe à teoria econômica neoclássica. Uma de suas grandes contribuições foi a aplicação do conceito de *entropia*⁵ à análise econômica. Em termos de física termodinâmica, explica o autor, a matéria-energia absorvida no processo econômico está em um estado de baixa entropia e sai num estado de alta entropia. Entropia refere-se basicamente à relação entre “energia presa” e “energia livre”. Um pedaço de carvão tem energia presa, que só pode ser utilizada uma vez; após a queima, o calor se dissipa no ambiente e o ambiente tende ao equilíbrio térmico; jamais a energia retornará ao carvão e captar essa energia dispersa no ambiente é, quando

⁴ As chances de o decrescimento substituir a noção de desenvolvimento sustentável continuam em debate. Para Philippe Léna (2012, p. 34-35), o decrescimento tem algumas desvantagens, como não possuir um *corpus* teórico estruturado nem uma macroeconomia, nem haver clareza sobre como passar de uma economia dependente do crescimento para uma economia estacionária ou decrescente. Sua principal vantagem está na junção da crítica social e da crítica ecológica, o que não é pouco em um ambiente de crescente insatisfação com o sistema vigente e, cabe acrescentar, o agravamento da crise ambiental.

⁵ Na termodinâmica, entropia é “uma medida de energia e degradação de recursos”. Em termos amplos, a entropia designa “a diminuição da capacidade de fazer trabalho”, ou a capacidade de impulsionar a transformação de um sistema. Frequentemente é usada em sentido mais impreciso, associada a desordem, falta de organização, degradação física e social. (ULGIATI, 2016)

possível, altamente custosa. O 2º princípio da termodinâmica reza que “a entropia [...] de um sistema fechado aumenta constantemente ou que a ordem desse sistema se transforma continuamente em desordem”. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 60). Por isso, o processo econômico deve ser entendido na perspectiva da evolução irreversível em sentido único: da baixa entropia à alta entropia. Todavia, nos últimos 200 anos isso vem sendo ignorado; o desenvolvimento implica na retirada de recursos terrestres em um grau assombroso. O rápido gasto do estoque de baixa entropia levará ao completo esgotamento desse estoque, salvo no caso da adoção de uma matriz baseada na energia solar.

O conceito de entropia serviu para evidenciar algo que a economia está longe de ser um sistema independente, que sua relação com o ambiente natural é permanente. Daí a fundamental distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Ambos têm suas raízes na natureza humana, marcada pelo seu fascínio por novidades e por conforto, mas no plano lógico não há vínculo necessário entre um e outro. Os economistas, salvo algumas exceções, “sempre sofreram da mania do crescimento” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 108). A concepção econômica neoclássica deve ser substituída pela *bioeconomia*, a economia deve ser encampada pela ecologia. Georgescu-Roegen elenca uma série de medidas para a preservação ambiental, entre as quais: reduzir progressivamente a população até o nível em que possa ser alimentada pela agricultura orgânica; evitar todo o desperdício de energia; deixar de lado engenhocas extravagantes e desnecessárias; abandonar a moda; tornar mais duráveis e reparar os produtos; evitar o trabalho demasiado e assegurar tempo de lazer suficiente, aproveitado de forma inteligente.

Tais posições embasaram as teorias do decrescimento, formuladas a partir do início da década de 1970. Na França, o movimento do decrescimento adquiriu destaque nos meios acadêmicos e sociais sensíveis à ecologia, com autores como André Gorz, Jacques Grinevald, Serge Latouche, Gilbert Rist e Paul

Ariès, difundindo lemas como “viver melhor, com menos bens e mais conexões” (*vivre mieux, avec moins de biens e plus de liens*). *Menos!* passa a ser uma palavra-chave dos objetores do crescimento, que denunciam a “toxicod dependência do crescimento”, uma toxicidade que transborda na compulsão consumista e no vício em trabalho, entre outros grandes males da sociedade do consumo. Para esses intelectuais, o encontro inexorável do desenvolvimento com a realidade de que falava Georgescu-Roegen já se expressava nas cifras da degradação ambiental. Interromper o curso do crescimento destrutivo, predatório e socialmente injusto, era tarefa inadiável.

Dito assim, a impressão é de que esses teóricos apregoam uma ruptura brusca com o capitalismo em curso, algo inviável na prática. Latouche (2009) se esforça por traçar a rota para um *decrescimento sereno*, assentado em oito mudanças interdependentes que formam um “círculo virtuoso”, todas iniciadas em “R”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar, reciclar. Reavaliar os valores que presidem nosso modo de viver: do egoísmo e megalomania individualista para a cooperação e o altruísmo. Reconceituar a maneira de apreender a realidade, criar um novo imaginário acerca da relação com a natureza e os outros. Reestruturar o aparelho produtivo e as relações sociais de acordo com os novos valores. Redistribuir as riquezas e o acesso ao patrimônio natural, alterando a relação ricos/pobres e países Norte/Sul. Relocalizar: produzir, consumir e decidir localmente. Reduzir o impacto sobre a biosfera: diminuir a produção, o lixo, o turismo de massa, o ritmo frenético da vida. Reutilizar: reciclar os resíduos, combater a obsolescência programada.

As dinâmicas econômicas locais e regionais têm grande importância na visão decrescentista. Maior regionalização significa menos transporte de produtos em longas distâncias que separam o produtor e o consumidor; cadeias de produção mais transparentes para todas as partes; maior segurança quanto ao

produto; menos dependência de fluxos de capitais e de multinacionais. Tais dinâmicas requerem formas políticas correspondentes, próprias da democracia local. Culturalmente, trata-se de descolonizar o imaginário moldado pela sociedade de consumo, retomar aspectos da tradição, combinando-as com formas modernas, de forma a repensar as necessidades humanas, afastando as necessidades artificialmente insufladas pela sociedade de consumo.

Entre as variadas abordagens decrescentistas, é bastante conhecida a economia do *estado estacionário* (*steady state*), cujas premissas centrais, segundo Joshua Farley (2016, p. 68), são “população estável e fluxos físicos constantes”. Para chegar nesse estado, é necessário um grau de decrescimento correspondente ao desequilíbrio provocado pela sociedade do crescimento. Uma das questões difíceis enfrentadas nessa perspectiva é o fato de que um bilhão de pessoas atualmente ainda vive na extrema pobreza. A alternativa para a inclusão desse contingente não é continuar crescendo nos moldes atuais, e sim a redistribuição das riquezas. O crescimento populacional e o risco da superpopulação – tema central de outra abordagem, o *neomalthusianismo* – são questões ainda polêmicas, pois muitos decrescentistas entendem que a justiça social e a responsabilidade social, mais do que a superpopulação, são as questões de fundo. Todavia, parece indiscutível o alerta de Ernest Garcia (2012, p. 223) de que é preciso reduzir todos os fatores da pressão humana sobre o ambiente: a população, o consumo e a agressividade das tecnologias.

As diferentes vertentes do decrescimento compartilham a ideia de que é indispensável um novo imaginário, descolonizado, estruturado em torno de um novo sentido de vida, de trabalho e de lazer. Que tipo de sociedade pretendem seus defensores? A síntese de D’Alisa, Demaria e Kalis (2016, p. 34) é: “sociedades conviviais que vivam de forma simples, em comum e com menos”. Essa síntese dá ênfase ao *bem viver*, um enfoque

que repercute a reflexão acerca do estilo de vida das populações aborígenes latino-americanas, sobretudo de tradição andina, e de movimentos como simplicidade voluntária, minimalismo e movimentos *slow*.

Os caminhos para chegar à sociedade sustentável, segundo os decrescentistas, passa por recuperar antigos e criar novos recursos comuns; criar novas formas de viver e produzir, como ecocomunidades e cooperativas; criar novas instituições, como a renda básica e renda máxima. Valer-se de práticas do “fazer comum” em complemento a serviços públicos. O auxílio prestado pelos pais nas tarefas de educação dos filhos e as redes de médicos e pacientes a partir dos bairros são exemplos de ações sem fins lucrativos que reforçam os serviços públicos. Garantia de emprego, renda básica universal, moedas sociais, sistemas comerciais de tempo local, reapropriação pelo Estado do dinheiro privatizado nas dívidas públicas, com o cancelamento das mesmas, são medidas políticas indispensáveis. Medidas que só podem ser tomadas mediante a junção de política parlamentar aguerrida e ações de base por movimentos e organizações sociais.

Um programa de ação, conforme Latouche (2012, p. 239), deve incluir os seguintes pontos: 1. Voltar uma pegada ecológica igual ou inferior a um planeta (retornando à produção material dos anos 1960-1970); 2. Reduzir os transportes de mercadorias, introduzindo ecotaxas nos seus custos; 3. Relocalizar as atividades econômicas e políticas; 4. Restaurar a agricultura camponesa; 5. Reinvestir os ganhos de produtividade na redução do tempo de trabalho e em empregos; 6. Incentivar os bens relacionais (amizade, conhecimento); 7. Reduzir o desperdício de energia; 8. Taxar pesadamente a publicidade; 9. Instituir uma moratória sobre a inovação tecnológica e reorientar a pesquisa.

A redução da jornada de trabalho (proposição defendida desde o século XIX por intelectuais e parcelas do movimento operário e sindical em nome do emprego para todos) é um tema

que obtém ampla adesão entre os decrescentistas, tanto por razões humanísticas como ambientais. A tese da jornada de trabalho reduzida (de, por exemplo, apenas 3 horas diárias) e a defesa do tempo livre tem defensores de variados posições políticas, como Paul Lafargue, John Maynard Keynes, Bertrand Russel e Domenico de Masi. Nas últimas décadas, modelos econômicos concebidos em países ricos mostram que a menor jornada de trabalho é plenamente viável do ponto de vista econômico, se a finalidade da economia for primordialmente o bem-estar – como o modelo “*lowgrow*” do economista canadense Peter Victor e a “*core economy*” da fundação inglesa *New Economy Foundation*. Esta fundação faz a defesa da jornada de 21 horas semanais (NEF, 2011). No entanto, como assinala Monica Klein (2014), a redução da jornada de trabalho não assegura por si só mais tempo livre e menor consumo. É uma medida importante e necessária, mas que deve estar associada a um conjunto de outras para ter um impacto ambiental e social positivo.

Cinco elementos-chave da contribuição das teorias do decrescimento para evitar o colapso ambiental: (i) decrescer/crescer seletivamente: selecionar o essencial e, no conjunto da espécie, produzir menos, trabalhar menos, consumir menos, procriar menos; (ii) bloquear as desigualdades associadas à degradação ambiental; (iii) tecnologia voltada à preservação e recuperação ambiental; (iv) política e vida social participativa; (v) bem viver, com simplicidade e convivialidade.

Há algumas décadas essas posições poderiam parece um radicalismo ou extremismo. Hoje, à vista das altas temperaturas, degelos, incêndios, furacões, enchentes e outros eventos extremos, as pautas do decrescimento começam a ser levadas a sério inclusive nos círculos *mainstream* da economia e da política. A *economia donut*, na expressão de Kate Raworth (2019), assinala que é hora de ser “agnóstico” em relação ao crescimento, apondo que o que precisamos é de economias que nos façam “prosperar”, cresçam elas ou não. O *donut* (rosquinha) é uma

excelente imagem da economia que precisamos: um alicerce social de bem-estar abaixo do qual ninguém deve cair e um teto ecológico de pressão planetária que não podemos transpor. Mas, pode o *donut* suprir o anseio insaciável por bem-estar? Sim, afirmam os comunitaristas.

4. TEORIAS COMUNITARISTAS: SATISFEITAS AS NECESSIDADES BÁSICAS, O CONTENTAMENTO PROFUNDO VEM DA MUTUALIDADE, DA VIDA COMUNITÁRIA E DA ESPIRITUALIDADE

O pensamento comunitarista construiu-se a partir da década de 1980 como a mais importante corrente crítica ao liberalismo individualista e ao neoliberalismo nos Estados Unidos, com importantes representantes também em outros continentes. Sua formulação inicial é filosófica, mas ao final daquela década passa a se articular enquanto movimento de intelectuais, majoritariamente das ciências sociais. Com significativa heterogeneidade interna, dada sua composição por intelectuais mais à esquerda e mais à direita do espectro político, são destacadas aqui algumas das contribuições mais relevantes para o tema da crise ambiental.

A crítica ao consumismo é um primeiro elemento. É do cientista político Benjamin Barber uma das análises mais conhecidas sobre o fenômeno. No livro *Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos*, Barber (2009) assinala que até meados do século passado, o capitalismo “produtivista” prosperava ao atender necessidades reais de pessoas reais. Combinando egoísmo e altruísmo, lucro e produtividade, o sistema em que predominava a ética protestante permitia que empresários prosperassem servindo ao crescimento e bem-estar, em um ambiente de democracia liberal. Este ciclo se fechou. As contradições inerentes ao mercado foram resolvidas de forma trágica para a democracia e a cidadania. Em vez de

expandir o mercado em nível mundial de modo a proporcionar o gradativo ingresso de novos consumidores, ao produzir bens que atendessem às necessidades básicas das pessoas nos mais diferentes continentes, as elites capitalistas optaram por ampliar o leque das necessidades dos consumidores nos países centrais, onde as necessidades fundamentais de grande parte da população estavam atendidas. “Se os pobres não podem enriquecer o suficiente para se tornar consumidores, então os adultos do Primeiro Mundo – atualmente responsáveis por 60% do consumo no mundo e com uma ampla renda disponível, mas poucas necessidades – terão que ser atraídos para as compras. (BARBER, 2009, p. 21) O produtivismo deu lugar ao consumismo mediante o emprego de sofisticadas técnicas de propaganda, voltadas à fabricação de pseudonecessidades, não apenas dos adultos, como também dos jovens e das crianças. Transformar as crianças em consumidores e infantilizar os adultos passou a constituir o *modus operandi* do capitalismo.

Esta visão estrutural do consumismo e de suas consequências, bem como da degradação ambiental impulsionada pelo capitalismo, está presente também na análise dos filósofos comunitaristas Michael Sandel e Michael Walzer. Para ambos, a sociedade capitalista de consumo opera uma invasão de valores de mercado em dimensões que jamais deveriam ser sujeitas à mercantilização. No livro *O que o dinheiro não compra*, Sandel (2012) constata que nas sociedades atuais nem tudo está à venda, mas os exemplos de mercantilização de novos “produtos” à venda são abundantes: alugar partes do próprio corpo, vender órgãos, ser remunerado para deixar de fumar, ser pago para reservar vaga na fila de um evento público, comercializar presentes recebidos ou mesmo pagar para poder poluir (créditos de carbono). A invasão de diferentes dimensões sociais por valores de mercado continua sendo justificada pelos economistas tradicionais em nome da independência da economia frente à moral.

Se algo traz benefícios, por que não comercializar?

Porque envolve corrupção (degradação) e aproveita-se da vulnerabilidade dos mais fracos, diz Sandel. Pressupostos semelhantes são desenvolvidos por Walzer (2003), preocupado sobremaneira com a contaminação da esfera pública pela lógica de mercado. A justiça distributiva, para ele, requer que cada esfera deve guiar-se por regras específicas. A lógica do dinheiro tem sua validade na esfera do mercado, mas não deve prevalecer em outras esferas, como os serviços públicos e a política.

O conflito entre moral e economia, em tempos de sociedade de consumo e degradação ambiental, é uma das questões centrais de que se ocupa o sociólogo comunitarista Amitai Etzioni. Para ele, não se pode transformar o capitalismo vigente se se continua preso ao enfoque econômico neoclássico, ultraliberal, cuja difusão entre as novas gerações de líderes empresariais e políticos tende a aprofundar o individualismo egocêntrico. Não é suficiente a crítica ao enfoque neoclássico, até porque isso já vem sendo feito há tempo. O que é preciso é uma nova teoria econômica e um novo paradigma sociopolítico. Por isso, Etzioni se lançou à tarefa de formular as bases de uma nova concepção econômica, a *socioeconomia*, sistematizada no livro *The Moral Dimension: towards a new economics*, publicada em 1988. Nela, Etzioni (1988) assenta as bases de um novo pensamento econômico, apoiado em quatro premissas: (i) o comportamento humano explica-se com base em dois fatores irreduzíveis um ao outro: buscar o prazer/evitar a dor, de um lado, e atender os valores morais, de outro (em lugar da visão neoclássica do comportamento guiado unicamente pela busca de prazer/evitar a dor); (ii) o comportamento humano é permanentemente afetado por fatores normativo-afetivos e são poucas as ações guiadas exclusivamente por fatores lógico-empíricos (em lugar da visão neoclássica de que nos guiamos por um cálculo racional); (iii) os comportamentos cooperativos e altruístas são comuns, assim como os comportamentos egoístas, o que revela nossa natureza dividida, tensionada entre a busca do prazer e o atendimento de

valores morais (contra a concepção neoclássica do egoísmo natural); (iv) o mercado é um subsistema envolto em uma “cápsula social”, fortemente afetado pelo poder político (contra a visão neoclássica do mercado como esfera autossuficiente, em que indivíduos racionais fazem escolhas livres).

Ao estabelecer novas bases para entender a economia, o pensamento comunitarista liberta o imaginário social dos estreitos parâmetros do *homo economicus* e permite a aproximação ao imaginário decrescentista. Essa aproximação não é estranha: decrescentistas e comunitaristas, cada qual a seu modo, carregam heranças da contracultura dos anos 1960. Etzioni refere-se a um “retorno moderado à contracultura”. A construção da boa sociedade comunitarista depende do reconhecimento de que níveis crescentes de bens materiais não são uma fonte confiável de bem-estar e contentamento humanos e que “a busca do bem-estar através de níveis cada vez mais altos de consumo é cair no mito de Sísifo”. Longe de ser um argumento em prol da pobreza e da autoprivação, o autor aponta que há abundantes evidências científicas a mostram que a relação entre aumento de renda e felicidade só se dá no nível do atendimento das necessidades básicas, e quando estas estão satisfeitas, tal relação deixa de existir. “Os estudos revelam que o contentamento profundo é encontrado em relações nutritivas, em conexões sociais, na construção de comunidades e serviços públicos e em atividades culturais e espirituais.” (ETZIONI, 2019, p. 57) E mais: “O capitalismo nunca aspirou atender às necessidades da pessoa como um todo; na melhor das hipóteses, trata a pessoa como uma entidade econômica. O socialismo estatista, em vez de inspirar, subjogou as pessoas. Resta às boas sociedades preencher o vazio.” (ETZIONI, 2019, p. 57)

Aí está o núcleo da contribuição comunitarista para o enfrentamento do colapso climático com preservação do bem-estar humano: o contentamento profundo provém do envolvimento social e comunitário e de atividades culturais e espirituais. Não

se trata de desejo ou de pregação, mas de ciência. A observação científica do que realmente produz satisfação, bem-estar e felicidade, segundo reiteradas pesquisas, origina-se de conexões interpessoais significativas, mutualidade, inserção em ambientes comunitários e atividades culturais e espirituais – todas atividades com baixo custo econômico e ambiental. A nova normalidade deve ser erguida sobre essas bases. (ETZIONI, 2015)

A concepção comunitarista de que o maior contentamento ou felicidade⁶ está associado a atividades comunitárias e espirituais remonta a fontes consagradas pelo tempo. Vale lembrar a filosofia aristotélica da felicidade como a "atividade da alma de acordo com a virtude", a visão judaica de que o melhor modo de vida é o estudo da Torá, o pensamento cristão de que a felicidade consiste na visão do bem último (a visão de Deus), as comunidades (religiosas e seculares) dedicadas a atividades transcendentais, e a contracultura dos anos 1960. Várias dessas comunidades, inclusive a contracultura, alimentaram a criação de vias paralelas ao capitalismo consumista. Etzioni rejeita a ideia de via paralela por ser ineficaz para a transformação social: para formar uma sociedade menos centrada no consumo, “o esforço terá de ser o de enxertar a nova concepção da boa vida na antiga. Ela não deve procurar substituir o consumo, mas sim limitar e canalizar parte dos seus recursos e energia, e aplicá-los a outras atividades.” (ETZIONI, 2014a, p. 10)

Os benefícios ambientais associados à boa vida

⁶ A perspectiva de Etzioni acerca da felicidade inclui a dimensão moral. Ser feliz não se reduz ao sentimento de bem-estar ou à satisfação com a própria vida. Seguindo a linhagem aristotélica e kantiana, a felicidade consiste no agir virtuoso. A parte inicial do seu livro *Happiness is the wrong metric* (2018) é dedicada à discussão das limitações que envolvem as pesquisas das ciências sociais sobre as percepções acerca da felicidade, do bem-estar e da satisfação com a própria vida. Perguntas típicas como “você é feliz?”, “você diria que é muito, razoavelmente ou pouco feliz?”, “você sorriu hoje?” ou “qual o seu grau de satisfação com a própria vida?” colhem elementos que são aproximações de fenômenos altamente complexos. Segundo Etzioni, muitas pesquisas estão cegas aos elementos críticos da natureza humana e da boa sociedade, e apenas parte dos pesquisadores está atenta aos temas morais envolvidos.

comunitarista são fáceis de identificar. As atividades transcendentais requerem poucos recursos escassos, como os combustíveis fósseis. As atividades sociais geralmente exigem tempo e energia pessoal, mas poucas despesas materiais ou financeiras. O mesmo vale para atividades culturais e espirituais, como orar, meditar, desfrutar e fazer música, arte, esportes e educação. Embora o consumismo tenha transformado muitas destas atividades em empreendimentos dispendiosos, é possível envolver-se profundamente na maioria das atividades transcendentais usando quantidades reduzidas de bens e serviços. “Em suma, a sociedade transcendental é muito mais sustentável do que capitalismo de consumo.” (ETZIONI, 2014a, p. 16)

Será factível essa sociedade transcendental, quando se conhece tão bem a força dos apetites materiais? A resposta de Etzioni (1999) é que sim, pois nossos impulsos e motivações mais profundos não estão voltados só ao que é material, como bem explica a hierarquia das necessidades básicas do ser humano, de Abraham Maslow. Na *escala de Maslow*, a base da pirâmide é constituída pelas (i) necessidades fisiológicas, seguindo-se (ii) as de segurança, (iii) de afeto, (iv) de reconhecimento e (v) de autorrealização. A satisfação das necessidades de cada nível possibilita a busca das do próximo nível. Para evitar a fixação no nível das necessidades fisiológicas e de segurança, é indispensável a adoção de políticas que assegurem a segurança econômica, como garantia de trabalho, renda básica, de seguridade social e aposentadoria (ETZIONI, 2014b).⁷

⁷ Etzioni (2014b) afirma que as pesquisas por ele conduzidas junto à classe média norte-americana revelam que a segurança econômica é a principal preocupação dos cidadãos, mais do que qualquer outra questão pública. Essa preocupação condiz com os inúmeros estudos que revelam que as pessoas são altamente “avessas a perdas”. Em termos simples, as pessoas têm maior preocupação em perder 1 mil dólares que possuem do que em deixar de ganhar outros 1 mil dólares. Quanto à renda básica, Etzioni (2008) assinala que o comunitarismo defende a concepção de renda básica com base comunitária (*a based-community guaranteed income*): a renda básica deve ser planejada em função das características de cada comunidade e a comunidade precisa ser incorporada nas decisões.

Ou seja, a índole natural dos humanos não os impele a se fixar no nível primário (necessidades fisiológicas), ao contrário, os impulsiona aos níveis superiores. A fixação nas necessidades fisiológicas é própria do indivíduo consumista, em decorrência de influências sociais e de opções pessoais, mas não pode ser erguida à condição de característica humana inata.

O bem-estar expressa-se no contentamento interior com a própria vida quando estão satisfeitas as necessidades fisiológicas, de segurança, de afeto, de reconhecimento e de auto-realização. E o conceito de sociedade transcendental é o referencial comunitarista de um novo imaginário social, que articula o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental. Porém, como operacionalizar esse conceito? Que indicativos oferece o comunitarismo para superar a sociedade de consumo rumo à sociedade transcendental? Etzioni argumenta que não há respostas prontas, mas a mudança social deve ser pensada como transformação cultural, que envolve a esfera estatal, a sociedade civil e o mercado.

Os movimentos sociais são decisivos para essa transformação. Etzioni incorpora na concepção comunitarista a perspectiva da *simplicidade voluntária*, um movimento que expressa uma nova cultura acessível ao grande público. Segundo expõe Elgin Duane (2012), a simplicidade voluntária se distingue de noções como a de opção pela pobreza, de vida bucólica, de vida de sacrifício, de total abnegação, de negação da beleza ou de estagnação econômica. Trata-se de uma simplicidade sofisticada, uma opção pela vida confortável vivida na simplicidade, uma visão ecológica que utiliza os poderosos recursos tecnológicos em prol de um estilo de vida centrado no essencial. Dialoga com as sociedades do conhecimento, onde o consumo parcialmente sofreu transformações positivas ao se direcionar a objetos do conhecimento – musicais, jogos e arte – que são replicáveis e necessitam menos insumos e energia na sua produção. Os objetos do conhecimento, todavia, não são capazes de proporcionar um sentido pleno à vida, o qual é indispensável para preencher os

vazios aos quais se associa o consumo exacerbado. Para Etzioni (1999, p. 20), a simplicidade voluntária lembra a contracultura, mas há uma distinção: a contracultura “tenta minimizar o trabalho e o consumo, dando pouca atenção às necessidades básicas e por isso torna-se insustentável”, enquanto a simplicidade voluntária “busca combinar um nível razoável de trabalho e consumo para atender necessidades fisiológicas com a satisfação proveniente de fontes mais elevadas”.

De forma concisa, o argumento comunitarista centra-se na ideia de que o consumismo é ambientalmente nocivo e incapaz de promover o bem-estar e a felicidade; que um estilo de vida simples, no qual as necessidades fisiológicas são supridas adequadamente, pode produzir contentamento muito maior mediante atividades de mutualidade, envolvimento comunitário e espiritualidade; que essas atividades têm baixo custo econômico e baixo impacto ambiental, e são as bases de um estilo de vida sustentável e de felicidade.

Essa abordagem da sustentabilidade ambiental é atraente, mas antes de celebrá-la cabe averiguar se os achados das pesquisas que aferem a importância da condição econômica para o bem-estar confirmam as expectativas geradas pelas teorias comunitaristas e do decrescimento.

5. OS ARGUMENTOS COMUNITARISTAS E DO DECRESCIMENTO FACE ÀS PESQUISAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CONDIÇÃO ECONÔMICA E BEM-ESTAR

Se o pressuposto de que o desenvolvimento visa assegurar o bem-estar humano é aceito de forma ampla, o mesmo acontece com o pressuposto de que o bem-estar depende fortemente da condição econômica individual. Mas, qual é o peso da condição econômica para o bem-estar? Pesquisas empíricas acerca dessa relação vêm sendo desenvolvidas há cerca de 50 anos. Embora as conclusões não sejam unânimes, uma linha mestra vem

sendo reafirmada: não há relação direta entre a condição econômica e a percepção agregada de bem-estar. É o que indicam quatro importantes estudos internacionais.

(i) O economista norte-americano Richard Easterlin tornou-se mundialmente conhecido pelas suas pesquisas, desenvolvidas a partir do início da década de 1970, sobre a relação entre sentimento de felicidade e crescimento econômico. Sua constatação básica – conhecida como o *paradoxo de Easterlin* – é que há uma correlação, no curto prazo, entre rendimentos elevados e felicidade, mas, no longo prazo não se verifica correlação entre o aumento do rendimento e o aumento da felicidade. Nas palavras de Easterlin (2010, p. 22.463), “em um determinado momento, tanto entre as nações como dentro delas, a felicidade varia diretamente com o rendimento, mas, com o tempo, a felicidade não aumenta quando aumenta o rendimento de um país”.

A investigação de Easterlin referiu-se inicialmente aos Estados Unidos, mas os levantamentos foram ampliados em seguida a outros países, com resultados semelhantes. Vários autores vieram a contestar o paradoxo, alegando que a relação inicial entre aumento da renda e do bem-estar se mantém indefinidamente. Em publicações recentes, o autor voltou a sustentar a atualidade do paradoxo, apresentando dados mais abrangentes de países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países em transição do socialismo ao capitalismo. Essas análises levaram Easterlin (2010, p. 22.463) a reafirmar que “a curto prazo, em todos os três grupos de países, felicidade e rendimento andam juntos, ou seja, a felicidade tende a diminuir nas contrações econômicas e a aumentar nas expansões”, mas há uma “relação nula a longo prazo entre a felicidade e o rendimento”. As críticas ao paradoxo e a tentativa de mostrar uma relação permanente entre felicidade e renda, conforme Easterlin, resultam de artifícios estatísticos ou de confusão entre curto e longo prazo. O caso norte-americano é fortemente ilustrativo: de 1946 a 2014, o PIB triplicou, mas o sentimento de felicidade permaneceu estável ou até

diminuiu. Nos demais países, conforme Easterlin (2016), a mesma tendência é observável no longo prazo: maior crescimento econômico não está correlacionado com o aumento do sentimento de felicidade.

(ii) O economista britânico Richard Layard desenvolve estudos, desde a década de 1980, que seguem a mesma direção apontada por Easterlin. A riqueza aumentou notavelmente nas últimas décadas, mas, de modo geral o sentimento de felicidade (sentir-se bem) não acompanha este aumento. Layard (2008, p. 51) realça o fato de que a renda extra faz diferença para a felicidade nos estratos mais baixos, quando tira as pessoas da pobreza física, mas sua importância decresce nos estratos superiores. Observa-se que “a felicidade extra proporcionada pela renda extra é maior quando você é pobre e diminui constantemente à medida que você se torna mais rico”. Os elevados níveis de depressão, alcoolismo e suicídio entre as camadas mais ricas são indicativos claros de que ser mais rico não significa ser mais feliz.

Layard equipara felicidade e sentimento de bem-estar, e considera a felicidade um fenômeno objetivo. Os sentimentos relativos ao bem-estar podem ser mensurados tendo como base em um extremo alta infelicidade e noutro alta felicidade. As medições da neurociência revelam que os sentimentos positivos estão associados a atividade cerebral na parte frontal esquerda e os negativos à parte frontal direita. Sentir-se bem não tem a ver só com aspectos individuais; no caso do fator renda, há uma clara influência da comparação social. A renda não é apenas um meio de compra, é uma medida de quanto somos valorizados. As pessoas se comparam constantemente quanto aos seus ganhos, e a renda relativa acaba sendo mais importante do que a renda efetiva. Exemplificando: se eu tenho um carro popular e uma televisão de tubo e todas as pessoas do meu círculo de relações têm um carro popular e uma televisão de tubo, meu sentimento de bem-estar tende a ser mais elevado do que se eu noto que todos os meus vizinhos têm duas televisões *smart* e dois carrões. Ou

seja: a desigualdade social exerce forte influência quanto ao que cada qual considera suficiente para ser feliz.

O hábito também tem peso importante. As pessoas, diz Layard, se habituem ao padrão de vida que atingiram e, por um processo de adaptação, criam a expectativa de novas experiências capazes de proporcionar satisfação. O hábito leva a uma espécie de “esteira hedonista”, em que cada qual precisa continuar a correr para que a felicidade permaneça fixa. Por isso, é imperativo reduzir o efeito da competição econômica insana. Políticas de desestímulo à busca incansável do enriquecimento e ao trabalho excessivo, via tributação, são formas de minimizar os efeitos da comparação social e da adaptação.

Os estudos de Layard e de Easterlin constituem referências importantes dos relatórios internacionais sobre felicidade, o *Relatório Mundial da Felicidade (World Happiness Report)*, publicados anualmente desde 2013. Esses relatórios vêm conferindo destaque aos países escandinavos, invariavelmente entre os primeiros do ranking de felicidade, o que mostra uma correlação positiva maior entre as condições de vida proporcionadas pelos *welfare states* universalistas e o sentimento de bem-estar frente a outros modelos de bem-estar.⁸

(iii) O estudo comparativo acerca de mais de duas dezenas de países⁹, conduzido pelos epidemiologistas Richard Wilkinson e Kate Pickett, acerca dos principais fatores sociais que

⁸ Não está consensuado entre os pesquisadores o entendimento sobre os conceitos e a forma adequada de mensurar *bem-estar, satisfação com a vida e felicidade*. A questão da mensuração do bem-estar ganha maior complexidade com a inclusão da variável ambiental. O *Happy Planet Index*, elaborado pela fundação inglesa *New Economics Foundation*, mensura a situação dos países utilizando três variáveis: percepção de satisfação com a vida, expectativa de vida e pegada ecológica. O ranking de 2016 colocava entre os primeiros lugares Costa Rica, México, Colômbia, Vanuatu e Vietnã (NEF, 2016). Os países escandinavos estavam entre o 12º e o 37º lugar. O Brasil aparecia em 23º. Os Estados Unidos estavam no 108º lugar.

⁹ Os países estudados, em ordem crescente de desigualdade social, foram: Japão, Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Bélgica, Áustria, Alemanha, Holanda, Espanha, França, Canadá, Suíça, Irlanda, Grécia, Itália, Israel, Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos e Singapura.

incidem sobre a saúde humana, publicado na obra *The Spirit Level* (2009), mostra que não é a pobreza e sim a desigualdade social que explica a maior incidência de doenças e problemas sociais.

A relação entre crescimento econômico e expectativa de vida se dá na perspectiva indicada por Easterlin, ou seja, é forte no nível inicial e depois decresce: “Entre os países mais pobres, a esperança de vida aumenta rapidamente durante as fases iniciais do desenvolvimento econômico, mas depois, a partir do estágio dos países de rendimento médio, a taxa de melhoria desacelera”, constam Wilkinson e Pickett (2009, p. 6) À medida que os países ficam mais ricos, novos aumentos no nível de vida médio fazem cada vez menos pela saúde. Ademais, na medida em que enriqueceram, as sociedades afluentes tiveram aumentos a longo prazo das taxas de ansiedade, depressão e numerosos outros problemas sociais.

Com a saúde se passa algo similar ao sentimento de felicidade: as pessoas felizes aumentam nas fases iniciais do crescimento econômico e depois estabilizam, fenômeno denominado por Richard Layard de “curvas de felicidade”. Essas curvas tanto para a felicidade como para a esperança de vida achataram-se nos países ricos em torno do patamar de 25.000 dólares *per capita* anuais. Seja no caso da saúde, da felicidade ou de outras medidas de bem-estar há um quadro consistente. “Nos países mais pobres, o desenvolvimento econômico continua a ser muito importante para o bem-estar humano. [...] Mas à medida que as nações se incorporam às fileiras dos países desenvolvidos afluentes, novos aumentos de rendimento contam cada vez menos.” (WILKINSON; PICKETT, 2009, p. 8) Dentro de cada país, os mais ricos tendem, em média, a ser mais saudáveis e mais felizes do que os mais pobres, mas a comparação entre países revela um elemento muito importante: quase todos os problemas que são mais comuns no sopé da escada social acabam por ser mais comuns em sociedades mais desiguais.

Wilkinson e Pickett elaboraram o *Índice de Saúde e Problemas Sociais* com base em dados oficiais dos mais de 20 países estudados, referentes a doenças e elementos sociais como nível de confiança, doenças mentais, expectativa e mortalidade infantil, obesidade, desempenho educacional infantil, natalidade de adolescentes, homicídios, taxa de aprisionamento e mobilidade social. A lógica do índice é quanto maior o score, maiores os problemas. O que se constatou foi uma tendência muito forte de que os problemas de saúde e sociais ocorram com mais frequência em países mais desiguais e menos frequência nos países mais iguais. O índice também revelou que os problemas de saúde e sociais estão apenas fracamente relacionados com o rendimento médio nacional entre os países ricos. As constatações foram corroboradas pela utilização dos dados de um outro índice, o *Índice de Bem-Estar Infantil*, formulado pelo UNICEF: a aplicação deste índice aos países estudados mostrou que quanto maior a desigualdade social, menor o escore de bem-estar infantil. (WILKINSON; PICKETT, 2009, p. 23)

O estudo derruba, portanto, a noção comum de que problemas de saúde e sociais são causados diretamente pelas más condições materiais, como habitação precária, alimentação deficiente, falta de oportunidades educativas, e que as sociedades mais ricas e desenvolvidas fazem melhor do que as pobres. A comparação entre países permite perceber que alguns dos países mais ricos fazem o pior. O estudo revela um padrão: uma parte menor dos problemas está relacionada à falta de dinheiro, enquanto a maior parte das carências é reflexo da influência de fatores sociais associados à desigualdade, como o esforço de viver de acordo com os padrões predominantes.

(iv) Na década de 1990, o psicólogo norte-americano Tim Kasser iniciou uma série de pesquisas sobre a relação entre felicidade e valores materialistas (vinculados ao desejo de sucesso financeiro). As respostas de jovens, adolescentes e adultos, fornecidas quando da aplicação do *índice de aspirações*

levaram a uma constatação central: valores materialistas estão negativamente associados ao bem-estar pessoal. “Pessoas que estão fortemente focadas no sucesso financeiro apresentam mais baixo bem-estar pessoal e saúde psicológica do que aqueles que acreditam que posses materialistas são pouco importantes”; valores materialistas estão associados com debilitamento profundo do bem-estar devido a fatores como “baixa satisfação com a vida e felicidade, depressão e ansiedade, problemas físicos como dor de cabeça, e a desordens de personalidade, narcisismo e comportamento antissocial” (KASSER, 2002, p. 22).

Uma meta-análise dos estudos realizados em mais de duas décadas, em diferentes continentes, veio a reafirmar essa constatação, afirmando que a associação negativa entre valores materialistas e felicidade, mesmo com diferenças entre países, é “robusta em relação a uma série de fatores demográficos, culturais e de participação”. Uma atitude e um estilo de vida materialista “interfere na capacidade das pessoas de viverem formas que as tornem felizes e saudáveis”, o que condiz com uma variedade de tradições espirituais e religiosas (DITTMAR, 2014, p. 915). Visando promover simultaneamente o bem-estar pessoal e comportamentos ecologicamente sustentáveis, Kasser (2009) indica três caminhos: ajudar as pessoas a se concentrarem mais em valores interiores; prosseguirem o estilo de vida da simplicidade voluntária; e focar nas suas vidas a busca de riqueza temporal e não material.

Os achados sobre o bem-estar dos quatro estudos citados podem não ser definitivos, mas após cinco décadas a linha diretriz está suficientemente assentada. Não há associação direta e permanente entre bem-estar/felicidade/saúde com renda/riqueza.¹⁰ Em vários aspectos, os achados indicam o contrário:

¹⁰ Afirmar a desconexão entre bem-estar e renda/riqueza não revela necessariamente um viés crítico ao capitalismo de consumo. Martin Seligman, expoente da *psicologia positiva* (uma das bases científicas a que se referem as teorias de *coaching*), reconhece que “a produção de dinheiro rapidamente atinge um ponto de retorno decrescente em satisfação com a vida” (SELIGMAN, 2019, p. 244). Embora certos aspectos dessa

níveis elevados de renda/riqueza (e do consumo que a acompanha) estão associados com uma série de problemas que prejudicam o bem-estar (como ansiedade, depressão, alcoolismo e outras drogas). Assim, a redução da renda/riqueza e do consumo não é em si um fator de redução do bem-estar.

CONCLUSÃO

O discurso dos climatologistas, das organizações sociais e de agências multilaterais como a ONU sobre a situação do clima vem com tons cada vez mais carregados sobre a gravidade do quadro climático. Cresce o entendimento de que temos à frente não mais que duas a três décadas para adotar mudanças profundas no modo de vida dos humanos, reduzindo drasticamente a pegada ecológica e, de modo particular, a emissão de gases de efeito estufa. Seremos capazes de tomar em tão pouco tempo medidas de impacto, sabendo que nas cinco últimas décadas nenhuma mudança global profunda ocorreu? As conferências internacionais, as discussões midiáticas, a produção acadêmica, as ações da sociedade civil, as ações ecológicas de milhões de pessoas não vêm sendo capazes de impedir que a roda da economia do consumo continue a girar e nos coloque frente a pressões crescentes da crise climática.

Este texto dialoga com esse quadro dramático ao trazer para o centro das atenções o bem-estar humano enquanto fator que incide na eficácia das estratégias ambientais. Mostrar ao cidadão comum que ao adotar medidas de restrição ao consumo (de itens não essenciais) e de alteração de rotinas normais (o carro individual, o avião, o abuso de embalagens, a moda) é possível manter e aumentar o bem-estar é um caminho promissor, possivelmente o único caminho para a sustentabilidade. Quem

teoria mereçam atenção (como a diferenciação entre satisfação com a vida e bem-estar), a perspectiva “positiva” do bem-estar e do cultivo do otimismo é totalmente acrítica quanto à lógica econômica excludente e perversa, que priva grande parte do mínimo e propicia às minorias excessos escandalosos de renda.

irá se recusar a ter uma vida mais feliz e ao mesmo tempo evitar catástrofes climáticas? Isso pode parecer utópico, idílico, irrealizável. Não, segundo a visão comunitarista e do decrescimento.

Os argumentos dos defensores do decrescimento centram-se em torno da noção de que é preciso decrescer (em nível de espécie) porque o planeta não suporta o crescimento em curso, mas que não se trata de abrir mão do essencial para uma vida confortável. Trata-se de decrescer e crescer seletivamente, fazer boas escolhas, optando por aquilo que realmente é importante para atender nossas necessidades. O aumento populacional deve ser limitado (o que já ocorre em boa parte dos países). A notável capacidade tecnológica deve voltar-se à produção do essencial e do sustentável. Com mais justiça social, teremos recursos suficientes para todos, o que é factível mediante taxaço da riqueza, eliminaço das dívidas dos países pobres e introduço da renda básica. A jornada de trabalho reduzida, combinada com a cultura de valorizaço do lazer, do estudo, das artes e do convívio, permitirá a todos levar uma vida mais saudável e evitará a degradaço ambiental.

O comunitarismo proporciona elementos sobre a questão essencial do que vai saciar o anseio por mais bem-estar. Esse anseio pode ser suprido pela mutualidade, pelo convívio comunitário, por atividades culturais e espirituais. Nessas atividades, próprias de uma *sociedade transcendental*, reside o contentamento profundo e a autêntica felicidade. E o que é mais importante na vida humana custa pouco em termos econômicos e pouco ou nada em termos ambientais. É barato e é ecológico conviver, participar de comunidades, estudar, apreciar e dedicar-se às artes e à espiritualidade. Fundamentada na perspectiva da hierarquia de necessidades de Maslow, a economia não precisa de propaganda para induzir as pessoas a comprar: elas próprias buscam o que é fundamental para suas necessidades básicas. Garantida a segurança econômica básica, os cidadãos irão em busca daquilo que lhes traz maior satisfação e contentamento: afeto,

reconhecimento social e auto-realização, cujas fontes principais são atividades colaborativas, vida comunitária e espiritualidade. A simplicidade voluntária é o movimento que melhor traduz hoje essa perspectiva.

Confrontado pelas pesquisas sobre a relação entre condição econômica e bem-estar, os argumentos comunitaristas e decrescentistas se sustentam, sim. Os achados das investigações internacionais conduzidas por Easterlin, Layard e Kasser confirmam a premissa de que um elevado bem-estar humano não requer o crescimento da produção e consumo de bens materiais. Em vez da relação direta entre aumento de renda e aumento de bem-estar, as investigações revelam que maior renda só tem relação com mais bem-estar no nível inicial de saída da pobreza até alcançar uma vida confortável; após, a renda perde gradativamente sua importância, a ponto de inverter-se nos níveis de alta renda, pois é entre os cidadãos de maior renda e com valores materialistas que se encontram os maiores índices de ansiedade, depressão, alcoolismo e consumo de drogas.

A premissa de que o bem-estar humano é um aliado (e não um adversário) da sustentabilidade ambiental é um elemento com elevado potencial para fortalecer as políticas e ações sociais ambientais. Afinal, é bem mais fácil convencer as pessoas a fazer o certo se estiverem convencidas de que isso também as tornará felizes.



REFERÊNCIAS:

- BARBER, Benjamin. *Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2009.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para*

- uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. *Decrescimento: vocabulário para um mundo novo*. Porto Alegre: Tomo, 2016.
- DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DITTMAR, Helga et al. The relationship between materialism and personal well-being: a meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 107, n. 5, p. 879–924, nov. 2014.
- DUANE, Elgin. *Simplicidade voluntária: em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- EASTERLIN, Richard. *Paradox lost?* IZA Discussion Papers, n. 9676, Institute for the Study of Labor (IZA), Bonn, 2016.
- EASTERLIN, Richard and al. The happiness–income paradox revisited. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 52, p. 22463–22468, dez. 2010.
- ETZIONI, Amitai. *The moral dimension: towards a new economics*. New York: The Free Press, 1988.
- ETZIONI, Amitai. *A terceira via para a boa sociedade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2019.
- ETZIONI, Amitai. *Happiness is the wrong metric: a liberal communitarian response to populism*. New York: Springer, 2018.
- ETZIONI, Amitai. *The new normal: finding a balance between individual rights and the common good*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2015.
- ETZIONI, Amitai. Politics and culture in an age of austerity. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 27, n. 4, p. 389–407, nov 2014a.
- ETZIONI, Amitai. It's economic insecurity, stupid. *UffPost*, 18/11/2014b. Disponível em:

- https://www.huffpost.com/entry/its-economic-insecurity-s_b_6180852?guccounter=1. Acesso em 22/05/2020.
- ETZIONI, Amitai; PLATT, Alex. *A community-based guaranteed income*. The Foundation for Law, Justice and Society. Oxford: University of Oxford, 2008.
- ETZIONI, Amitai. *Essays in socio-economics*. Berlim, Heidelberg: Springer-Verlag, 1999.
- FARLEY, Joshua. Economia de estado estacionário. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. *Decrescimento: vocabulário para um mundo novo*. Porto Alegre: Tomo, 2016, p. 68-72.
- KLEIN, Monica. *Reduzir a jornada de trabalho para ajudar o planeta? Reflexões sobre o uso do tempo, consumo e meio ambiente*. São Paulo: Matrix, 2014.
- GARCIA, Ernest. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para um debate adequado. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. (orgs.). *Enfrentado os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 201-228.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*. São Paulo: Senac, 2012.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- IDMC. Internal Displacement Monitoring Centre. *Global report on internal displacement*. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2020/>. Acesso em 10/06/20).
- IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Relatório especial: relatório especial sobre mudanças climáticas e terra: resumo para formuladores de políticas*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/summary-for-policymakers/>. Acesso em 20/05/20.
- KASSER, Tim. *The high price of materialism*. Cambridge,

- London: MIT Press, 2002.
- KASSER, Tim. Psychological need satisfaction, personal well-being, and ecological sustainability. *Ecopsychology*, v. 1, n. 4, p. 175-180, dez. 2009.
- KLEIN, Mônica M. *Reduzir a jornada de trabalho para ajudar nosso planeta?* Reflexões sobre o uso do tempo, consumo e meio ambiente. São Paulo: Matrix, 2014.
- LATOUCHE, Serge. *O desafio do decrescimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LAYARD, Richard. *Felicidade: lições de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.
- LÉNA, Philippe. Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. (orgs.). *Enfrentado os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 23-44.
- NAOMI KLEIN on looming eco-fascism: ‘We Are Literally And Politically Flammable’. *Huffpost*, 05/01/2020. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/naomi-klein-climate-green-new-deal_n_5e0f66e4e4b0b2520d20b7a5?ri18n=true Acesso em 25/06/2020.
- NEW ECONOMICS FOUNDATION. *The Happy Planet Index 2016*. London: New Economics Foundation, 2016. Disponível em: <http://happyplanetindex.org/>. Acesso em 09/05/2020.
- NEW ECONOMICS FOUNDATION. *21 horas: por que uma semana de trabalho menor pode ajudar todos nós a prosperar no século XXI*. London: New Economics Foundation, 2014. Disponível em: <http://decrescimentobrasil.blogspot.com/2011/06/21-horas-porque-uma-de->

- trabalho-menor.html. Acesso em 09/05/2020.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre Mudança do Clima*. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/convencao_clima.pdf. Acesso em: 16 de abril de 2014.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Partes: Acordo de Paris. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em 15/05/20.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Dez pontos principais do documento final da COP 25. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/dez-pontos-principais-do-documento-final-da-cop25/a-51684882>. Acesso em: 29/05/20.
- RAWORTH, Kate. *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil. Observatório do Clima. *Nota técnica: impacto da pandemia de covid-19 nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil*. Disponível em: http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/05/SEEG-OC_Nota_Tecnica_Covid19_Final.pdf. Acesso em 15/10/2020.
- TIM, Newbold. Future effects of climate and land-use change on terrestrial vertebrate community diversity under different scenarios. *Royal Society Publish B* 285: 20180792. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rspb.2018.0792>. Acesso em: 11/06/20.
- SELIGMAN, Martin. *Florescer: uma nova compreensão da felicidade e do bem-estar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- ULGIATI, Sergio. Entropia. In: D'ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. *Decrescimento: vocabulário para um mundo novo*. Porto Alegre: Tomo, 2016, p. 137-140.

- WALZER, Michael. *As esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WEF. World Economic Forum. *The Global Risks Report 2020*. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf. Acesso em: 12/06/2020.
- WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *The spirit level: why greater equality makes societies stronger*. New York: Bloomsbury Press, 2009.